

**AS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE BAIANO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE**

THE RESEARCHES IN EDUCATIONAL POLICIES AND THE BAIAN IDENTITY
TERRITORY AS A CATEGORY OF ANALYSIS

LA INVESTIGACIÓN EN POLÍTICAS EDUCATIVAS Y EL TERRITORIO DE
IDENTIDAD BAIANA COMO CATEGORÍA DE ANÁLISIS

Yure Oliveira Venceslau¹ 0000-0003-0221-0418
Arlete Ramos dos Santos² 0000-0003-2649-0688

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia– Itapetinga, Bahia, Brasil;
yureyure253@gmail.com

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia– Itapetinga, Bahia, Brasil;
arlerp@hotmail.com

Resumo:

A análise dos territórios de identidade na Bahia revela dimensões essenciais para a compreensão e o desenvolvimento de políticas educacionais quando investigadas por meio do método *Materialismo Histórico-Dialético*. Fundamentado na tradição marxista, esse método enfatiza as contradições históricas, as relações de poder e a transformação social, permitindo uma compreensão profunda dos fenômenos sociais. O espaço considerado aqui é o espaço social, que permite uma interpretação da realidade produzida pela sociedade capitalista. É nesse cenário que o conceito de território ganha relevância, agindo como uma lente analítica para observar a interseção entre espaço e poder. Enquanto o espaço social abrange uma multiplicidade de dimensões e escalas, o território delimita uma esfera onde as relações de controle, pertencimento e apropriação tornam-se mais evidentes e estruturadas. O conceito de território esteve inicialmente vinculado à ideia de delimitação física ou político-administrativa, mas evoluiu, no âmbito acadêmico, para abarcar significados mais amplos e complexos. Considerar o território como uma categoria de conteúdo implica reconhecer que os espaços nos quais vivemos não são vazios ou neutros, mas sim impregnados de significados que emergem das práticas sociais e das lutas históricas. No contexto baiano, os territórios de identidade evidenciam particularidades, contradições, realidade própria e possibilidades distintas de outros contextos justamente pela forma como este espaço está posto. Essa abordagem permite que a pesquisa em políticas públicas educacionais se beneficie de uma análise contextualizada, que valoriza a diversidade cultural, social, econômica e política.

Palavras-chave: território de identidade; materialismo histórico-dialético; políticas educacionais.

Abstract:

The analysis of identity territories in Bahia reveals essential dimensions for understanding and developing educational policies when investigated through the Historical-Dialectical Materialism method. Rooted in the Marxist tradition, this method emphasizes historical contradictions, power relations, and social transformation, allowing for a deep understanding of social phenomena. The space

considered here is social space, which enables an interpretation of reality as produced by capitalist society. In this context, the concept of territory gains relevance, acting as an analytical lens to observe the intersection between space and power. While social space encompasses multiple dimensions and scales, the territory delineates a sphere where relationships of control, belonging, and appropriation become more evident and structured. Initially associated with physical or political-administrative boundaries, the concept of territory has evolved in academic discourse to encompass broader and more complex meanings. Considering territory as a category of content implies recognizing that the spaces we inhabit are neither empty nor neutral but rather infused with meanings that emerge from social practices and historical struggles. In the Bahian context, identity territories highlight particularities, contradictions, unique realities, and distinct possibilities compared to other contexts, precisely due to the way this space is structured. This approach allows research on educational public policies to benefit from a contextualized analysis that values cultural, social, economic, and political diversity.

Keywords: identity territory; historical-dialectical materialism; educational policies.

Resumen:

El análisis de los territorios de identidad en Bahía revela dimensiones esenciales para la comprensión y el desarrollo de políticas educativas cuando se investigan a través del método del Materialismo Histórico-Dialéctico. Fundamentado en la tradición marxista, este método enfatiza las contradicciones históricas, las relaciones de poder y la transformación social, permitiendo una comprensión profunda de los fenómenos sociales. El espacio considerado aquí es el espacio social, que posibilita una interpretación de la realidad producida por la sociedad capitalista. En este contexto, el concepto de territorio cobra relevancia, actuando como una lente analítica para observar la intersección entre espacio y poder. Mientras que el espacio social abarca múltiples dimensiones y escalas, el territorio delimita una esfera donde las relaciones de control, pertenencia y apropiación se vuelven más evidentes y estructuradas. Inicialmente vinculado a la delimitación física o político-administrativa, el concepto de territorio ha evolucionado en el ámbito académico para abarcar significados más amplios y complejos. Considerar el territorio como una categoría de contenido implica reconocer que los espacios en los que vivimos no son vacíos ni neutrales, sino que están impregnados de significados que emergen de las prácticas sociales y las luchas históricas. En el contexto bahiano, los territorios de identidad evidencian particularidades, contradicciones, una realidad propia y posibilidades distintas en comparación con otros contextos, precisamente por la forma en que este espacio está configurado. Este enfoque permite que la investigación en políticas públicas educativas se beneficie de un análisis contextualizado que valore la diversidad cultural, social, económica y política.

Palabras clave: territorio de identidad; materialismo histórico-dialéctico; políticas educativas.

Introdução

A análise dos territórios de identidade na Bahia revela dimensões essenciais para a compreensão e o desenvolvimento de políticas educacionais quando investigadas por meio do método *Materialismo Histórico-Dialéctico*. Fundamentado na tradição marxista, esse método enfatiza as contradições históricas, as relações de poder e a transformação social, permitindo uma compreensão profunda dos fenômenos sociais. Ao considerar os territórios não apenas como espaços geográficos, mas como campos dinâmicos forjados em práticas culturais, memórias e lutas, torna-se possível identificar as múltiplas camadas que compõem a realidade educacional e que influenciam a formulação de políticas em todo o estado da Bahia. Dessa forma, o território emerge como uma categoria de conteúdo capaz de sintetizar dimensões

históricas, sociais, culturais e econômicas, facilitando a análise das especificidades locais inseridas em um cenário de contínuas transformações.

O Materialismo Histórico-Dialético propõe compreender os processos históricos em sua totalidade, levando em conta a interação entre forças produtivas, relações de produção e contextos culturais que moldam as experiências humanas. Essa abordagem crítica ultrapassa as aparências superficiais ao revelar as contradições inerentes ao desenvolvimento social, evidenciando as tensões entre capital e trabalho, bem como entre a centralização do poder e a autonomia dos territórios. No âmbito da pesquisa em políticas educacionais, essa perspectiva permite identificar como estruturas de poder e relações históricas configuram os espaços, influenciando a maneira pela qual o conhecimento é produzido, transmitido e legitimado. Assim, as políticas educacionais se fundamentam em bases que refletem disputas sociais e culturais intimamente ligadas às características territoriais e identitárias das comunidades.

O estado da Bahia mostra-se como um *lócus* fértil para essa análise, pois seu espaço geográfico está dividido em territórios de identidade como apresentaremos logo mais. Este artigo busca por meio de suas análises responder a seguinte questão: *de que modo o território de identidade na Bahia pode configurar-se como categoria de conteúdo pertinente às pesquisas em políticas educacionais pautadas no Materialismo Histórico-Dialético?* Para alcançar este objetivo, o trabalho dispõe metodologicamente de revisão bibliográfica e análise documental dos marcos normativos que instituem a divisão territorial no estado da Bahia.

A categoria de conteúdo no Materialismo Histórico-Dialético

A abordagem do Materialismo Histórico-Dialético, fundamentada na filosofia marxista, oferece uma perspectiva radical ao analisar políticas educacionais e currículos. Ao invés de aceitar os aspectos visíveis superficialmente, essa abordagem nos instiga a explorar a essência subjacente, desvendando as complexidades, contradições e motivações que moldam a educação.

O Materialismo Histórico-Dialético, tal como é um método de pesquisa científica, é uma práxis, unidade entre teoria e prática no sentido de uma transformação da realidade; e também uma postura, isto é, uma concepção de mundo. Consideramos de grande importância explicitar a perspectiva teórico-epistemológica trabalhada nesta pesquisa, afinal, se constitui como uma dimensão reflexiva da própria pesquisa, tornando compreensível a escolha de determinado

campo como objeto de estudo e as análises tecidas através das lentes das categorias dispostas na pesquisa.

A natureza das categorias está diretamente ligada à problemática que nos propomos investigar e a correlação entre seu particular e o geral na realidade objetiva e na consciência, assim como a colocação em evidência das essências ideais e sua relação com as formações materiais. De acordo com Cheptulim (1982),

O aparecimento da consciência está ligado a fatores exteriores a fisiologia da atividade nervosa superior. Como propriedade da matéria altamente organizada, a consciência é, ao mesmo tempo, o produto do trabalho humano, o resultado do desenvolvimento social (p. 88).

Triviños (2007) aponta em seus estudos que as categorias podem ser entendidas como “forma de conscientização nos conceitos de modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento” (p. 55).

Segundo a tradição marxista, as categorias são formadas no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social, “é o movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno a essência” (Triviños, 2007, p. 55). A realidade está sempre em movimento, pois esta é produto de múltiplas determinações. Logo, não é possível que as categorias se isolem em estruturas conceituais puras, mas se mesquem de realidade e movimento (Cury, 1985). No percurso da pesquisa veremos que o objeto se trata de algo que está historicamente constituído, em movimento e produto de múltiplas determinações e, portanto, é preciso estudar, refletir, investigar insistentemente para conhecer a verdadeira natureza do objeto, sua essência e sua totalidade.

Kuenzer (1998) destaca que categorias de forma se diferenciam das categorias de conteúdo. As categorias de forma se referem às categorias constituintes do método, que dão suporte à relação pesquisador-objeto ao longo da pesquisa. Já as categorias de conteúdo, dizem respeito ao particular, decorrendo dos dados da pesquisa.

Tomemos para nossa discussão a categoria *totalidade* entendida enquanto complexo de múltiplos determinantes de um fenômeno; a *contradição* que trata do contínuo movimento dos fenômenos, afinal, as categorias se constituem historicamente, logo, estão em constante transição, e a *mediação* entendida como conexão entre as interfaces do fenômeno (Netto, 2011).

Como afirma Carvalho (2008), a totalidade é uma das categorias mais fundamentais no processo de produção dialética do conhecimento. Segundo Luckács,

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente, mas sempre determinadas (Luckács apud Carvalho, 2008, p. 51).

A compreensão da totalidade concreta é fundamental para a produção do conhecimento. Para Kosik (1976, p.15), ela não é a busca do princípio fundador de tudo. Trata-se de buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, suas múltiplas determinações e mediações históricas. A isso Marx (2011) chama de abstração, e não deixa dúvidas quanto capacidade intelectual dela como aquela que permite extrair, isolar e examinar um elemento da realidade, extraíndo suas múltiplas determinações por meio da saturação da análise.

A abordagem dialética nos convida a escavar abaixo das superfícies, reconhecer contradições, considerar conflitos de interesse e entender a evolução da educação, permitindo uma avaliação crítica e informada das diretrizes que moldam o processo educacional, para além de suas aparências, refletindo relações de poder e interesses subjacentes.

Marx argumentou em *O Capital* (2007) que o fenômeno religioso é apenas a expressão ilusória das condições materiais reais. Ele diz ainda que “o homem, enquanto ser natural, fruidor dos sentidos físicos e sublimado pelo amor sexual, colocava-se no centro da natureza e devia voltar-se para si mesmo. Estava, porém, impedido de fazê-lo pela alienação religiosa” (p. 23). Isso se aplica à educação, onde a estrutura das políticas é repetidamente influenciada por interesses econômicos, políticos e ideológicos. Tanto na religião como na educação, encontramos fenômenos cuja expressão estará imediatamente sempre diferente do real. Nesse sentido, e a partir de outras reflexões, podemos dizer que o currículo escolar não é apenas um conjunto de conhecimentos neutros. Há que se analisar não apenas os conteúdos curriculares, mas também as relações sociais, políticas e econômicas que os permeiam. Cada escolha curricular reflete interesses e valores específicos obscurecidos pela aparência superficial.

Estamos diante do reconhecimento e reafirmando que as contradições entre interesses capitalistas e aspirações educacionais genuínas podem estar ocultas sob a superfície de políticas e currículos aparentemente bem-intencionados. Em conclusão, a análise marxista sob o prisma do Materialismo Histórico-Dialético nos conduz a uma compreensão mais profunda das políticas educacionais e dos currículos.

Os indivíduos acabam por formar um todo, pois ao mesmo tempo em que são autônomos e auto-ativos na esfera em que atuam, ou seja, como indivíduos particulares e singulares. O professor e filósofo José Arthur Giannotti escreve no texto introdutório do livro *O Capital* (2007) de Marx:

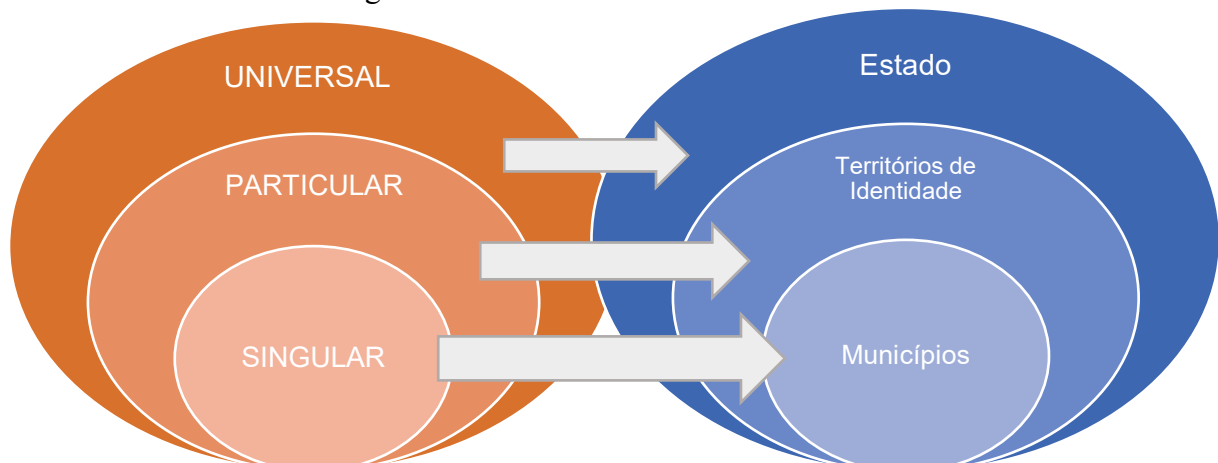
Nos meados do século XIX, observa o próprio Marx, a nova ciência se apresentava como um bom raciocínio formal: “a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica” (p. 87).

Esta é a forma como Marx descreveu a estrutura, ou arquitetura, da economia política e suas diferentes fases no contexto do século XIX. Analisando a economia política emergente e suas características ele se refere a ela como a "nova ciência" que estava surgindo naquela época. É preciso deixar destacado que embora diferentes, esses três níveis estão intrinsecamente relacionados e em constante interação, como já anunciava Mézáros em Para além do Capital (1995).

Os consensos e as contradições andam juntos, tendo em vista que os consensos são momentos, sempre temporários, de harmonia, resultante da resolução de um conflito de interesses. O consenso é uma fase transitória, pois há em seguida novas mudanças e novos conflitos, como é próprio do processo dialético. Em resumo, as contradições são os conflitos/embates entre os contrários, a negação destas contradições produz uma “transformação qualitativa”, ou seja, profundas mudanças nas estruturas e nas ideias alcançando uma nova forma de existência (nova qualidade) e como é próprio do movimento dialético, esta nova forma de existência e que após os embates encontra-se em harmonia, é momentânea. Logo depois entrará em novo conflito, por isso chamamos este momento de consenso.

No contexto de uma análise dialética, Marx propõe uma arquitetura formada por níveis da totalidade que são fundamentais para compreender a essência do objeto, que é por natureza uma totalidade complexa de múltiplas determinações. São elas as categorias: Universal, Particular e Singular. No caso do objeto desse artigo pode ser exemplificado conforme a Figura 1.

Figura 1 - Níveis da Totalidade na Dialética.



Fonte: Santos (2025)

A figura apresentada estabelece uma correlação entre as categorias da dialética — Universal, Particular e Singular—e os níveis de análise desta pesquisa. No contexto da dialética, o Universal representa a totalidade mais ampla e abstrata, que na pesquisa se manifesta na esfera do Estado, enquanto o Particular refere-se a mediações intermediárias que conectam o Universal ao Singular, exemplificado pelos Territórios de Identidade. Já o Singular corresponde às determinações concretas e específicas, representadas pelos Municípios. As setas indicam a relação dinâmica entre esses níveis, evidenciando que o Estado (Universal) enquanto poder público no Brasil, é o grande responsável por elaborar, executar e também participar da avaliação das políticas públicas educacionais que chegam aos Territórios de Identidade (Particular), estes Territórios de Identidade por sua vez, são organizações de vários Municípios (Singular), que como já apresentado, se ajuntam em função de algumas características e demandas comuns. Assim como na análise dialética as categorias interagem mutuamente para compor uma totalidade complexa e interdependente.

O Conceito de Espaço e Território

O geógrafo, professor e pesquisador baiano Milton Santos (1988; 1996) adverte que, embora a filosofia ofereça diretrizes relevantes, ela tende a abordar o conceito de espaço de maneira abstrata, o que demanda reflexões mais aprofundadas e direcionadas à Geografia. Sendo o espaço e o território categorias centrais e objetos de análise privilegiados dessa ciência, eles podem ser compreendidos de maneiras distintas. Assim, é fundamental definir, com rigor teórico-metodológico, qual concepção de espaço bem como de território está sendo utilizada nesta pesquisa.

O espaço considerado aqui é o espaço social, que permite uma interpretação da realidade produzida pela sociedade capitalista. Lefebvre (1991) observa que, ao reconhecer a natureza como uma realidade humanizada, a explicação deixa de ser física e passa a ser social. Conforme Santos (1988, s/p), isso implica que “a geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas”. Nesse sentido, o espaço social emerge como uma dimensão da realidade composta pela materialização da existência humana, criada a partir da natureza e continuamente transformada pelas relações sociais (Lefebvre, 1991).

Este espaço social, ao ser produzido e produtor, é multidimensional, incorporando variadas dimensões, como as políticas, econômicas, culturais e ambientais (Fernandes, 2005). Essas características tornam o espaço social uma categoria analítica rica e complexa,

fundamental para o entendimento das relações humanas e das transformações impostas pela lógica capitalista.

A perspectiva dialética encontrada sobretudo em Lefebvre (1961), voltada para a superação da lógica formal, foi essencial para reinterpretar os paradigmas geográficos. Esse conjunto de reflexões aponta para a necessidade de compreender o espaço como uma construção social, política e histórica, elemento indispensável para analisar as transformações da sociedade e o papel da Geografia em desvendá-las.

Nesse contexto, emerge a necessidade de aprofundar o entendimento de como essas dinâmicas são mediadas por relações de poder, que não apenas configuram o espaço, mas também determinam seu uso, organização e significados. Tais processos estão intrinsecamente ligados à materialidade e à subjetividade das interações humanas, destacando que o espaço social não é apenas um ponto neutro das atividades humanas, mas uma construção permeada por interesses e disputas que refletem e reproduzem as estruturas sociais e econômicas.

É nesse cenário que o conceito de território ganha relevância, agindo como uma lente analítica para observar a interseção entre espaço e poder. Enquanto o espaço social abrange uma multiplicidade de dimensões e escalas, o território delimita uma esfera onde as relações de controle, pertencimento e apropriação tornam-se mais evidentes e estruturadas. O conceito de território esteve inicialmente vinculado à ideia de delimitação física ou político-administrativa, mas evoluiu, no âmbito acadêmico, para abarcar significados mais amplos e complexos.

O geógrafo Claude Raffestin (1993), um dos primeiros a tratar do conceito de território, o define como o espaço apropriado por um ator social, seja ele individual ou coletivo, ressaltando que o território é essencialmente relacional, construído a partir de interações de poder, cultura e significados. Para Raffestin (1993)

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao o território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (p. 143).

Na visão deste importante geógrafo, o território é uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais. É ele resultado de apropriação consciente ou inconsciente.

Rogério Haesbaert (2001; 2004) importante geógrafo brasileiro, conhecido no campo da chamada geografia humana, aborda o conceito de território a partir de três perspectivas principais. A primeira é a jurídico-política, na qual o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado por uma autoridade, especialmente de caráter estatal. A segunda

vertente é a cultural, que interpreta o território como resultado da apropriação simbólica, manifestada por meio do imaginário coletivo e das identidades sociais construídas sobre o espaço. Por fim, a terceira perspectiva é a econômica, que entende o território como o produto espacial das relações de conflito entre classes sociais e da interação entre trabalho e capital. Essa abordagem multidimensional reforça a complexidade do território como categoria central nas análises das dinâmicas socioespaciais.

Haesbaert (2004) contribui ao problematizar a multifuncionalidade do território, que não pode ser entendido apenas como local de identidade ou recurso econômico, mas sim como um espaço híbrido que articula dimensões políticas, culturais e sociais. Ele também destaca processos como territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização, especialmente relevantes em contextos de globalização, que redefinem constantemente os usos e significados do território. Segundo o autor, "o território é um conceito pluridimensional que reflete tanto a materialidade quanto os processos simbólicos que dão sentido aos espaços" (Haesbaert, 2004, p. 36). Essa perspectiva complexa e integradora permite compreender as contradições e dinâmicas próprias de territórios marcados pela coexistência de modernidades e tradições.

Milton Santos oferece uma abordagem diferenciada ao integrar o conceito de território em sua visão sistêmica do espaço geográfico. Para Santos (1996), o território é sempre um território usado, ou seja, um espaço apropriado e transformado pelas práticas sociais. Ele enfatiza que "o território não é apenas um suporte físico, mas um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 1996, p. 35), apontando para a inseparabilidade entre o espaço geográfico e as práticas sociais que o configuram. Santos (1996) introduz o conceito de rugosidades para descrever como elementos do passado permanecem no território, coexistindo com inovações tecnológicas. Essa ideia é particularmente útil para compreender territórios periféricos, como os do campo, onde a modernidade convive com formas tradicionais de organização.

O território, nessa perspectiva, não é apenas um palco onde os fenômenos sociais ocorrem, mas uma totalidade dinâmica, composta por sistemas naturais, técnicos e sociais. Nesse contexto, as relações de poder tornam-se centrais para a análise, especialmente no que tange às disputas pela apropriação e uso do território. Santos destaca ainda que "a análise territorial precisa incluir a compreensão das contradições e desigualdades que moldam o uso do território, considerando tanto a ação de atores locais quanto globais" (Santos, 1996, p. 42).

Os Territórios de Identidade na Bahia

No contexto baiano, a divisão territorial reflete as profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais que marcaram a formação do estado. A Bahia, enquanto território, possui uma história profundamente entrelaçada com o processo de colonização, a introdução de atividades agrícolas e a exploração dos recursos naturais. Inicialmente, a divisão territorial estava atrelada às capitânicas hereditárias, sendo a Bahia uma das principais devido à sua localização estratégica e à instalação do Governo-Geral em Salvador, em 1549.

Ao longo dos séculos, o território baiano foi fragmentado de acordo com as demandas econômicas, especialmente o cultivo da cana-de-açúcar no Recôncavo e, posteriormente, a produção do cacau no sul do estado. No entanto, essas divisões raramente respeitaram as dinâmicas e identidades culturais dos povos que habitavam o território, como indígenas e quilombolas, que, em muitos casos, foram expulsos e/ou subjugados.

Com a modernização do estado e a urbanização crescente, especialmente no século XX, novas divisões territoriais emergiram, enfatizando a criação de regiões administrativas e a tentativa de descentralizar a gestão pública. No entanto, essa reorganização territorial também revelou as disparidades entre o litoral, mais desenvolvido, e o interior, historicamente marginalizado.

Os conceitos de Territórios Rurais, Territórios de Cidadania e Territórios de Identidade no Brasil e na Bahia são resultado de uma longa construção política e teórica, envolvendo uma série de atores e instâncias institucionais. O processo de formulação desses conceitos é fortemente influenciado por uma série de conselhos e colegiados, sendo os mais relevantes o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados Territoriais (CODETER). Cada um desses órgãos desempenha um papel crucial na definição, implementação e gestão das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento dos territórios, com foco no fortalecimento da autonomia local e na promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

O CONDRAF, criado em 2001, é um órgão colegiado federal, cujo principal objetivo é coordenar e articular as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil (Brasil, 2003). Sua contribuição para a formulação dos conceitos de territórios está na definição de diretrizes para a integração das políticas agrícolas com outras áreas, como saúde, educação e infraestrutura, e na promoção de uma abordagem que leve em consideração as especificidades de cada território. O CONDRAF tem como princípio a construção de políticas

públicas a partir das realidades locais, com a participação ativa da sociedade civil organizada, o que permitiu a inclusão de uma perspectiva mais ampla sobre o território, considerando não apenas sua dimensão física, mas também suas dimensões sociais, culturais e políticas.

Por sua vez, os CEDETERs, Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Territorial, são responsáveis por adaptar as diretrizes do CONDRAF para o contexto específico de cada estado (Sayago, 2007). Eles atuam diretamente no acompanhamento da implementação das políticas públicas em nível estadual, promovendo uma articulação entre as políticas federais e as necessidades e características locais. Essa relação entre os CEDETERs e os territórios de cidadania e identidade é fundamental para garantir que as políticas públicas atendam às peculiaridades de cada região e população, assegurando que as comunidades locais sejam protagonistas do seu próprio desenvolvimento. A atuação dos CEDETERs contribui para a construção de um conceito de território que não é estático, mas dinâmico e em constante transformação, refletindo as relações de poder, identidade e apropriação social sobre o espaço.

Já os CODETERs, os Colegiados Territoriais, são instâncias locais compostas principalmente por representantes da sociedade civil e de órgãos do poder público, e têm um papel fundamental na implementação das políticas públicas no nível local. Eles são responsáveis por articular e garantir a participação das comunidades locais na gestão do território, com foco na promoção de um desenvolvimento que respeite a identidade e as especificidades culturais e sociais de cada local.

A relação entre o CONDRAF, os CEDETERs e os CODETERs permitem que os conceitos de territórios rurais, territórios de cidadania e territórios de identidade se articulem de forma eficaz na construção de um desenvolvimento mais justo e equilibrado. Enquanto o CONDRAF formula as diretrizes nacionais, os CEDETERs ajustam-nas ao contexto estadual, e os CODETERs, com a participação ativa das comunidades locais, garantem a execução dessas políticas no território. Assim, esses órgãos colaboram na construção de um entendimento de território que ultrapassa uma mera delimitação geográfica, incorporando as dimensões sociais, culturais e políticas que caracterizam a relação das comunidades com o espaço. A atuação integrada desses três níveis de governo e sociedade civil é essencial para a promoção de um desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo no Brasil.

Atualmente, os 26 territórios de identidade que abarcam 417 municípios baianos, uma iniciativa da Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplan), através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, representam uma tentativa de integrar as especificidades locais na formulação de políticas públicas. Esses territórios

reconhecem as diversidades regionais, culturais e econômicas do estado, buscando promover um desenvolvimento mais equilibrado.

Para a formulação e implementação das ações que integram o Plano de Governo, adotou-se a priori o conceito de Território de Identidade utilizado pela Coordenação dos Territórios e Movimento da Agricultura Familiar e MDA, onde o sentimento de pertença da população, associado a características socioeconômicas, políticas, culturais e geo-ambientais de cada espaço, constituiu um elemento essencial para a definição e delimitação dos 26 territórios baianos. (BAHIA, 2007, p. 63)

Segundo o decreto 10.359, de 23 de maio de 2007 no artigo 2º Compete à SEPLAN: “I - coordenar a elaboração e a atualização do Plano de Desenvolvimento Estadual, da Política de Desenvolvimento Territorial e Regional, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais” (BAHIA, Dec.10.359, 2007)

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação do seu planejamento (BAHIA, 2007, online).

O Decreto nº 12.354, de agosto de 2010, institui o Programa Territórios de Identidade e vale destacar que ele estabelece a composição e as atribuições do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e de sua Secretaria Executiva.

Já o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, entende o conceito de território como:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2003, p.34).

Tal conceito também é adotado pelo Governo do Estado da Bahia, conforme é apresentado na página institucional da SEPLAN. No entanto, ao contrário da definição anteriormente mencionada, o conceito utilizado na página eletrônica omite o aposto "compreendendo cidades e campos", ao mesmo tempo em que inclui "de identidade" ao conceito.

Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (BAHIA, Dec. 12354, 2010).

Para continuar tratando do conceito de território, é preciso destacar que o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), política pública instituída em 2003 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece, dentro da realidade brasileira, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados Territoriais (CODETER). O PRONAT, De acordo com o MDA (Brasil, 2005a, s/n), o objetivo do PRONAT é

Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural, isso porque, segundo o próprio Ministério, “as políticas públicas até aqui desenvolvidas não foram capazes de generalizar o desenvolvimento, reduzir significativamente a pobreza e banir a fome do Brasil, sendo estes problemas ainda mais acentuados na quase totalidade dos municípios rurais” (Brasil, 2007, s/n).

A fim de viabilizar a implementação do PRONAT, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT promoveu oficinas em todos os estados, reunindo representantes de órgãos federais e estaduais, além de entidades da sociedade civil. Em uma dessas oficinas, realizada na Bahia, os participantes manifestaram insatisfação com o número limitado de territórios definidos e os critérios de elegibilidade adotados. Em resposta, foi decidido constituir um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de mapear todos os territórios existentes no estado e propor novos critérios para a seleção dos futuros territórios a serem apoiados pelo PRONAT ou por programas semelhantes.

A partir de 2007, com o governo do Partido dos Trabalhadores – PT na Bahia, foram adotados os Territórios de Identidade como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado, buscando ampliá-las nos espaços colegiados dos territórios para além do contexto estritamente rural. Paralelamente, houve uma reformulação na nomenclatura, que passou a refletir a nova abordagem adotada pelo estado, fazendo com que os tradicionais Territórios Rurais fossem rebatizados como Territórios de Identidade. Assim, a nova regionalização da Bahia passou a abranger 417 municípios organizados em 27 Territórios de Identidade.

Entre a implantação dos Territórios Rurais, cujas ações iniciaram em 2003, e a consolidação dos Territórios da Cidadania em 2008, houve, na Bahia, a adoção dos Territórios de Identidade como unidade de Planejamento do Governo Estadual. O fato é que ocorre, na Bahia, a sobreposição de políticas públicas federais: Territórios Rurais e Territórios da Cidadania; e estaduais: Territórios de identidade. Sabe-se que os Territórios da Cidadania são fruto de ações da Política Territorial Rural, e não ações concorrentes, uma é desdobramento da outra. Desta forma, os Territórios Rurais que se encaixaram nos critérios estabelecidos pelo

governo federal são também territórios da cidadania. Mas todos são, Territórios de Identidade perante o governo Estadual.

É fundamental destacar que o objetivo tanto do governo federal quanto do governo estadual é promover um diálogo entre a sociedade civil organizada nos municípios, articulada por meio dos Colegiados Territoriais Rurais, em colaboração com os Colegiados Estaduais. Essa interação visa estabelecer diretrizes para a atuação da política conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, enfrentar as desigualdades regionais emerge como um eixo estratégico, aliado à valorização da diversidade biofísica e cultural enquanto forma de capital social. Dessa maneira, qualquer estado que se proponha a enfrentar esses desafios por meio de políticas públicas precisa situar sua realidade no contexto regional, considerando tanto as relações com outros estados quanto as dinâmicas internas de suas regiões.

Com o intuito de assegurar a participação efetiva da sociedade, o governo federal buscou implementar novas estruturas institucionais territoriais, abrangendo diferentes níveis de gestão. Essa abordagem territorial já se configurava como uma tendência emergente, alinhada ao esforço de integrar ações em múltiplas esferas de governança. Há tanto no Brasil quanto no restante do mundo, um contexto de desigualdade imposto pelo sistema capitalista de produção, que privilegia a exclusão em detrimento da inclusão. Nesse cenário, observa-se uma mobilização social com diferentes níveis de intensidade nas diversas regiões brasileiras, buscando atender a essas demandas, ouvir as necessidades da população e, sobretudo, garantir a participação efetiva.

A força dessa pressão por participação depende do grau de articulação e politização da sociedade civil, bem como de sua capacidade de organização por meio de Associações, Sindicatos ou outras formas de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esses grupos estruturam-se, mobilizam-se e, em certas ocasiões, conquistam avanços na luta por suas reivindicações, enfrentando a complexa correlação de forças que envolve os interesses do mercado, do Estado e da sociedade.

O mapa abaixo muito bem ilustra a divisão do Estado da Bahia a partir dos Territórios de Identidade:

Figura 2 - Territórios de Identidade da Bahia e seus Municípios.



Fonte: Prezi.com/território-de-identidade.

Essa análise territorial é essencial para compreender os desafios enfrentados pela educação nos territórios baianos. A distribuição desigual de recursos, a fragmentação territorial e a ausência de políticas específicas para populações camponesas têm impacto direto nas condições de acesso, permanência e qualidade da educação.

O estado da Bahia é composto por de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. A constituição dos Territórios de Identidade (TI) aconteceu a partir de 2007, pela Secretária de Cultura da Bahia (SecultBA), que utilizou de conceito da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lastreados pelo conceito de Território como um espaço caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o meio ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, instituições, dentre outros. Neste contexto, a divisão territorial tem como objetivo identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. Sua metodologia, segundo o

governo do estado, foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. Destarte, na figura abaixo encontra-se o mapa dessa atual divisão territorial.

A divisão territorial está associada não somente aos espaços, mas também às relações sociais que são produzidas no mesmo. As manifestações materiais e imateriais, ligadas à cultura, os modos de ser e de viver, a geografia e etc.

Considerações Finais

Considerar o território como uma categoria de conteúdo implica reconhecer que os espaços nos quais vivemos não são vazios ou neutros, mas sim impregnados de significados que emergem das práticas sociais e das lutas históricas. No contexto baiano, os territórios de identidade evidenciam particularidades, contradições, realidade própria e possibilidades distintas de outros contextos justamente pela forma como este espaço está posto. Essa abordagem permite que a pesquisa em políticas públicas educacionais se beneficie de uma análise contextualizada, que valoriza a diversidade cultural, social, econômica e política. Dessa forma, a consideração dos territórios como categoria de conteúdo não só enriquece o debate teórico, mas também contribui para a formulação de políticas que promovam uma educação inclusiva e transformadora, capaz de dialogar com as demandas reais das comunidades.

A pesquisa guiada pelo método Materialismo Histórico-Dialético, por um lado possibilita a compreensão dos grandes processos históricos e das estruturas de poder que influenciam a formação dos espaços territoriais; por outro, permite uma investigação aprofundada das experiências locais e das resistências que emergem desses territórios. A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a educação não pode ser tratada como um fenômeno homogêneo e descontextualizado, mas sim como um processo dinâmico, inserido em contextos históricos e culturais específicos, onde as lutas por reconhecimento e autonomia se refletem nas práticas pedagógicas e nos modos de organização do ensino.

O reconhecimento dos territórios de identidade, portanto, não se restringe a uma mera delimitação espacial, mas se configura como uma prática epistemológica que abre caminho para a integração dos saberes locais na construção de um sistema educacional que promova a justiça social e a equidade. Sua incorporação como uma categoria de análise nas pesquisas em políticas educacionais possibilita uma leitura crítica das relações entre espaço, cultura e poder, revelando as contradições e potencialidades dos contextos territoriais.

Referências

BAHIA, A **Política Territorial do Estado da Bahia Histórico e Estratégias de Implementação** Diretoria de Planejamento Territorial. 2033-2021.

BAHIA, Secretaria de Planejamento. **Abordagem territorial da Bahia**. 2023. Disponível em <https://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/> acesso em 13 de nov de 2024.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia- SEI. **Regionalização Territórios de Identidade**. [s.d] Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657 Acesso em 05 de set de 2024.

BAHIA. Decreto no 12.354, de 25 de agosto de 2010. **Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências**. Casa Civil.Salvador. Disponível em : Acesso em 13 de nov de 2024.

BAHIA. Lei no 10.705, de 14 de novembro de 2007. **Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, para o período de 2008-2011, e dá outras providências**. Casa Civil.Salvador. Disponível em :< <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no10705-de-14-de-novembro-de-2007>> Acesso em 13 de nov de 2024.

BAHIA. Lei no 13.468, de 29 de dezembro de 2015. **Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019**. Casa Civil.Salvador. Disponível em :< <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13468-de-29-de-dezembro-de-2015>> Acesso em 13 de nov de 2024.

CARVALHO, R.E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética materialista**. Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.carvalho

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

KOSIK, Karel - **Dialética do concreto**. 2ª ed., São Paulo: Paz e terra, 1976.

KUENZER, Acacia Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, Naura S.C. Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios .São Paulo: Cortez, 1998, pp. 33-58.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TRIVIÑOS, A. S. **A dialética materialista e a prática social**. Movimento, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 121–142, 2007.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Yure Oliveira Venceslau. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Analista Pedagogo da UESB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC/CNPq) e do Observatório de Políticas Públicas e Educacionais. Participa da Programa de Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração (Enad) e integra o Programa de Formação de Educadores do Campo (Formacampo).

Contribuição de autoria: autor –

<http://lattes.cnpq.br/0357690595252721>

Arlete Ramos dos Santos. Pós-doutorado em Educação e Movimentos sociais (UNESP), Doutorado e Mestrado em Educação (FAE/UFMG), Professora do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL), Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC/CNPq), Coordenadora da Rede Latino Americana de Educação do Campo - Movimentos Sociais (REDE PECC-MS) e Coordenadora do Programa Formacampo. Bolsista Produtividade no CNPQ Nível 2.

Contribuição de autoria: autora –

<http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>

Como referenciar

Venceslau, Yure Oliveira; Santos, Arlete Ramos dos. As pesquisas em Políticas Educacionais e o Território de Identidade Baiano como categoria de análise. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, e18325, 2025. DOI: 10.22481/redupa.v4.18325.